

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FONÉTICA	XX
2. ACENTUAÇÃO GRÁFICA	XX
3. ELEMENTOS MÓRFICOS DAS PALAVRAS (MORFEMAS)	XX
4. RADICAIS LATINOS E GREGOS	XX
5. PREFIXOS DE ORIGEM GREGA	XX
6. PREFIXOS DE ORIGEM LATINA	XX
7. SUFIXOS AUMENTATIVOS	XX
8. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS	XX
9. MORFOLOGIA (CLASSES GRAMATICAIS)	XX
10. PRONOMES	XX
11. EMPREGO DO ARTIGO	XX
12. USO DOS TEMPOS E MODOS VERBAIS	XX
13. ANÁLISE SINTÁTICA INTERNA	XX
14. VOZES VERBAIS.....	XX
16. CONCORDÂNCIA NOMINAL	XX
17. CONCORDÂNCIA VERBAL.....	XX
18. REGÊNCIA VERBAL	XX
19. CRASE	XX
20. ANÁLISE SINTÁTICA EXTERNA.....	XX
21. PONTUAÇÃO.....	XX
22. DISCURSO DIRETO E INDIRETO	XX
23. SEMÂNTICA	XX

24. AGRUPAMENTO DE GÊNEROS.....	XX
25. COESÃO E COERÊNCIA	XX
26. DICAS DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS.....	XX
27. A PALAVRA PORQUÊ.....	XX
GABARITOS.....	XX

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS E PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO	XX
1.1 O Direito Administrativo Atual sob a Ótica do Supremo Tribunal Federal	xx
1.2 Princípios da Administração Pública	xx
2. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	XX
2.1 Centralização e Descentralização da Atividade Administrativa do Estado	xx
3. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	XX
3.1 Introdução	xx
3.2 Do Uso e Abuso de Poder	xx
3.3 Poder Vinculado.....	xx
3.4 Poder Discricionário.....	xx
3.5 Poder Hierárquico.....	xx
3.6 Poder Disciplinar	xx
3.7 Poder Regulamentar	xx
3.8 Poder de Polícia	xx
4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	XX
4.1 Organização Administrativa Brasileira	xx
4.2 Administração Direta	xx
4.3 Entidades Paraestatais, Entes de Cooperação ou Terceiro Setor	xx
5. O RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO (OU DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)	XX
5.1 Teoria da Responsabilidade Objetiva	xx
5.2 Elementos Constitucionais da Responsabilidade Civil Do Estado	xx
5.3 Indenização E Meios de Reparação do Dano.....	xx
5.4 Excludentes de Responsabilidade.....	xx
5.5 Direito de Regresso.....	xx
5.6 Jurisprudência.....	xx
6.ATO ADMINISTRATIVO	XX
6.1 Atributos dos Atos Administrativos	xx
6.2 Requisitos (Elementos) dos Atos Administrativos	xx

6.3 Classificação dos Atos Administrativos	XX
6.4 Espécies de Atos Administrativos.....	XX
6.5 Da Invalidação dos Atos Administrativos	XX
6.6 Convalidação dos Atos Administrativos	XX
6.7 Controle Judiciário dos Atos Administrativos	XX
7. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	XX
7.1 Modalidades de Processo Administrativo.....	XX
7.2 Princípios do Processo Administrativo.....	XX
7.3 Meios de Apuração de Ilícitos Administrativos.....	XX
7.4 Prescrição Administrativa	XX
8.NEGÓCIOS JURÍDICOS DA ADMINISTRAÇÃO	XX
8.1 Licitação	XX
8.2 Princípios Específicos	XX
8.3 Obrigatoriedade da Licitação	XX
8.4 Inexigibilidade de Licitação	XX
8.5 Dispensa de Licitação	XX
8.6 Modalidades de Licitação.....	XX
8.7 Procedimento Adotado pela Lei nº 8.666/93.....	XX
8.8 Procedimento Adotado pela Lei nº 10.520/02.....	XX
8.9 Anulação e Revogação da Licitação.....	XX
8.10 Contratos Administrativos	XX
9.AGENTES PÚBLICOS	XX
9.1 Classificação e Preceitos Da CF/88.....	XX
9.2. Regime Jurídico: Servidor Público Estatutário, Empregado Público, Ocupante de Cargo em Comissão.....	XX
9.3 Formas de Provimento e Vacância dos Cargos Públicos	XX
9.4 Direitos, Deveres e Responsabilidades dos Servidores Públicos Civis	XX
9.5 Improbidade Administrativa	XX
10.SERVIÇOS PÚBLICOS	XX
10.1 Conceito	XX
10.2 Princípios Específicos	XX
10.3 Classificação	XX
10.4 Titularidade	XX
10.5 Competência	XX
10.6 Regulamentação e Controle.....	XX
10.7 Formas E Meios de Prestação do Serviço Público e Remuneração.....	XX
10.8 Concessão de Serviços Públicos	XX
10.9 Concessão X Permissão X Autorização	XX
10.10 Parcerias Públicas e Privadas	XX
10.11 Direito de Greve	XX
10.12 Serviços Essenciais e a Defesa do Consumidor	XX
10.13 Gratuidade Do Transporte, da Educação e da Saúde.....	XX
10.14 Direitos e Deveres dos Usuários.....	XX

11. BENS PÚBLICOS	XX
11.1 Afetação e Desafetação	XX
11.2 Regime Jurídico	XX
11.3 Aquisição dos Bens Público	XX
11.4 Alienação dos Bens Públicos	XX
11.5 Principais Formas de Uso dos Bens Públicos	XX
11.6 Bens Públicos: Classificação e Caracteres Jurídicos. Natureza do Domínio Público	XX
11.7 Utilização Dos Bens Públicos: Autorização, Permissão e Concessão de Uso; Ocupação; Aforamento. Concessão de Domínio Pleno	XX
12. INTERVENÇÃO DO ESTADO SOBRE O DIREITO DE PROPRIEDADE	XX
12.1 Formas de Intervenção	XX
13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	XX
13.1 Controle Interno e Externo da Administração Pública	XX
13.2 Tribunal de Contas da União e suas Atribuições	XX
13.3 Controle Jurisdicional da Administração Pública no Direito Brasileiro	XX

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. DA CONSTITUIÇÃO	XX
1.1 Constitucionalismo	XX
1.2 Conceito De Constituição	XX
1.3 Classificação Das Constituições	XX
2. NORMAS CONSTITUCIONAIS: APLICABILIDADE, INTERPRETAÇÃO E HERMENÊUTICA	XX
2.1 Princípios e Regras Constitucionais	XX
2.2 Razoabilidade e Proporcionalidade	XX
2.3 Interpretação Constitucional	XX
2.4 Classificação das Normas Constitucionais Quanto à Aplicabilidade	XX
3. DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	XX
3.1 Considerações Iniciais	XX
3.2 Controle Difuso de Constitucionalidade	XX
3.3 Controle Concentrado de Constitucionalidade	XX
3.4 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	XX
3.5 Ação Direta Interventiva	XX
3.6 Ação Declaratória de Constitucionalidade	XX
3.7 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	XX
4. DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO. DERIVADO. DECORRENTE	XX
5. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	XX
5.1 República	XX

5.2 Federação.....	XX
5.3 Estado Democrático de Direito	XX
5.4 Fundamentos	XX
5.5 Organização dos Poderes	XX
5.6 Objetivos Fundamentais	XX
5.7 Princípios que Regem as Relações Internacionais.....	XX
6. DOS DIREITOS E DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS	XX
6.1 Considerações Iniciais	XX
6.2 Classificação	XX
6.3 Características	XX
6.4 Direitos Individuais e Coletivos – O Art. 5º da Constituição Federal de 1988.....	XX
6.5 Direitos Individuais e Coletivos em Espécie	XX
6.6 Análise dos Incisos do Artigo 5º da CRFB/88	XX
7. DOS DIREITOS SOCIAIS.....	XX
7.1 Considerações Iniciais	XX
7.2 Histórico dos Direitos Sociais	XX
7.3 Direitos Sociais na Constituição	XX
8. DOS DIREITOS DE NACIONALIDADE	XX
8.1 Direitos de Nacionalidade – Considerações Iniciais	XX
8.2 Modos de Aquisição da Nacionalidade	XX
8.3 Direito de Nacionalidade Brasileira.....	XX
8.4 Tratado de Reciprocidade com Portugal.....	XX
8.5 Condição Jurídica do Brasileiro Nato e do Brasileiro Naturalizado	XX
8.6 Perda da Nacionalidade Brasileira	XX
8.7 Situação do Estrangeiro no País	XX
8.8 Símbolos do Estado Brasileiro	XX
9. DOS DIREITOS POLÍTICOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS	XX
10. DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	XX
10.1 Considerações Iniciais: O Federalismo	XX
10.2 Características da Forma Federal de Estado	XX
10.3 Organização Político-Administrativa do Estado Brasileiro	XX
10.4 União Federal	XX
10.5 Estados Federados	XX
10.6 Distrito Federal.....	XX
10.7 Municípios.....	XX
10.8 Repartição Constitucional de Competências	XX
10.9 Da Intervenção	XX
11. DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	XX
11.1 Considerações Iniciais	XX
11.2 Poder Legislativo e Processo Legislativo	XX
11.3 Poder Executivo	XX
11.4 Poder Judiciário.....	XX

12. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E DOS SERVIDORES PÚBLICOS	XX
12.1 Ministério Público	XX
12.2 Advocacia e Defensoria Pública	XX
12.3 Advocacia Pública	XX
13. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	XX
13.1 Dos Princípios	XX
13.2 Intervenção do Estado na Economia	XX
13.3 Da Política Urbana	XX
13.4 Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária	XX
13.5 Do Sistema Financeiro Nacional	XX
14. DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	XX
14.1 Evolução Histórica.....	XX
14.2 Conceito E Classificação	XX

DIREITO DO TRABALHO

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	XX
1.1. Conceito	XX
1.2. Fontes, Classificação	XX
1.3. Fontes Heterônomas e Autônomas	XX
1.4. Fontes Formais e Materiais.....	XX
1.5. Fontes Formais.....	XX
1.6. Fontes Materiais	XX
1.7. Hierarquia e Solução de Conflitos.....	XX
1.8. Princípios do Direito do Trabalho	XX
2. RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO	XX
2.1 Relação de Trabalho	XX
2.2 Relação de Emprego	XX
2.3 Distinção Entre Relação de Emprego e Relação de Trabalho	XX
2.4 Natureza Jurídica da Relação de Emprego.....	XX
2.5 Teorias Civilistas.....	XX
3. SUJEITOS DA RELAÇÃO DE EMPREGO	XX
3.1 Sujeitos da Relação em Emprego.....	XX
3.2. Responsabilidade Solidária e Subsidiária.....	XX
3.3 Sucessão de Empresas	XX
3.4 Desconsideração da Personalidade Jurídica	XX
4. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	XX
4.1 Conceito	XX
4.2 Possibilidades de Contrato a Prazo Determinado (Art. 443, §2º CLT)	XX
4.3 Lei 6.019/74 – Trabalho Temporário	XX

4.4 Lei 9.601/98	XX
4.5 Obrigação Principal do Contrato de Trabalho.....	XX
4.6 Obrigações Acessórias do Contrato de Trabalho (<i>Numerus Apertus</i>).....	XX
4.7 Alteração do Contrato de Trabalho. Efeitos.....	XX
4.8 Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho	XX
4.9 Hipóteses Híbridas	XX
5. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO	XX
5.1 Princípios Informadores Do Salário	XX
5.2 Definições Importantes	XX
5.3 Parcelas Decorrentes do Contrato de Trabalho e Formas Especiais de Salário	XX
5.4 Adicionais Salariais	XX
6. DURAÇÃO DO TRABALHO	XX
6.1 Da Duração do Trabalho.....	XX
6.2 Exceções ao Regime Legal.....	XX
6.3 Classificação das Jornadas.....	XX
6.4 Repouso e Intervalos	XX
7. FÉRIAS	XX
7.1 Férias Anuais Remuneradas (Art. 129 E Seguintes Da CLT).....	XX
7.2 Natureza Jurídica.....	XX
7.3 Obrigações das Partes no Período de Fruição das Férias.....	XX
7.4 Direito a Férias	XX
7.5 Concessão	XX
7.6 Poder de Comando do Empregador.....	XX
7.7 Pagamento em Dobro da Remuneração de Férias.....	XX
7.8 Férias Coletivas: (Art. 139 A 141 CLT)	XX
7.9 Remuneração do Período de Férias	XX
7.10 Abono de Férias	XX
7.11 Prescrição das Férias	XX
7.12 Descanso Semanal Remunerado.....	XX
8. ESTABILIDADE E GARANTIA DE EMPREGO	XX
9. AVISO PRÉVIO	XX
10. DO FGTS.....	XX
11. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	XX
11.1 Prazos Decadenciais na Legislação Trabalhista	XX
11.2 Prazos Prescricionais na Legislação Trabalhista Segurança e Medicina do Trabalho	XX
13. TRABALHO DA MULHER. ESTABILIDADE DA GESTANTE. TRABALHO NOTURNO E PROIBIDO	XX
13.1 Estabilidade da Gestante	XX
13.2 Trabalho Noturno e Proibido	XX

14. TRABALHO DO MENOR	XX
15. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	XX
15.1 Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho	XX
15.2 Mediação e Arbitragem	XX
15.3 Direito de Greve. Serviços Essenciais.....	XX
15.4 Condutas Antisindicaais e Consequências	XX
15.5 Profissões Regulamentadas	XX
15.6 Fiscalização Trabalhista.....	XX
15.7 Do Ministério Público Do Trabalho	XX

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	XX
1.1 Fontes	XX
1.2 Princípios.....	XX
1.3 <i>O Jus Postulandi</i>	XX
2. ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	XX
2.1 Da Justiça do Trabalho. Organização	XX
2.2 Do Ministério Público do Trabalho. Organização	XX
2.3 Competência	XX
3. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	XX
3.1 Processo do Trabalho.....	XX
3.2 Termo de Reclamação	XX
3.3 Petição Inicial	XX
3.4 Da Distribuição.....	XX
3.5 Das Custas e Emolumentos.....	XX
3.6 A Audiência	XX
3.7 Arquivamento	XX
3.8 Atos Processuais	XX
3.9 Prazos Processuais	XX
3.10 Procedimentos.....	XX
3.11 Procedimento Ordinário	XX
3.12 Procedimento Sumaríssimo: (Lei 9.957/2000) Aplicado para Causas de até 40 Salários Mínimos (Art. 852-A, <i>Caput</i>)	XX
3.13 Principais Características do Procedimento Sumaríssimo	XX
3.14 Resposta do Réu	XX
3.15 Contestação	XX
3.16 Nulidades do Processo do Trabalho	XX
3.17 Princípios das Nulidades	XX
3.18 Decisões Judiciais	XX
3.19 Efeitos da Sentença.....	XX
3.20 Termo de Conciliação e sua Eficácia	XX

4. DISSÍDIOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	XX
5. RECURSOS NO PROCESSO TRABALHISTA	XX
5.1 Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas	XX
5.2 Princípios Peculiares do Processo Do Trabalho.....	XX
5.3 Efeitos dos Recursos.....	XX
5.4 Pressupostos Genérico.....	XX
5.5 Custas	XX
5.6 Depósito Recursal	XX
5.7 Recursos em Espécie.....	XX
5.8 Agravo de Petição	XX
5.9 Hipóteses de Cabimento	XX
5.10 Pressupostos Recursais	XX
5.11 Agravo de Instrumento	XX
5.12 Recurso de Revista	XX
5.13 Recurso de Revista nas Causas Sujeitas ao Rito Sumaríssimo.....	XX
5.14 Recurso de Revista nas Execuções	XX
5.15 Recurso de Embargos.....	XX
5.16 Embargos de Declaração.....	XX
5.17 Agravo Regimental	XX
5.18 Recurso Adesivo	XX
5.19 Recurso Extraordinário.....	XX
6. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO NO PROCESSO TRABALHISTA.....	XX
6.1 Liquidação de Sentença	XX
6.2 Impugnação à Sentença de Liquidação	XX
6.3 Da Execução	XX
6.4 Execução Provisória	XX
6.5 Execução de Prestação Sucessivas	XX
6.6 Execução Contra a Fazenda Pública	XX
6.7 Execução Contra a Massa Falida	XX
6.8 Procedimento na Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente.....	XX
6.9 Meios de Defesa.....	XX
6.10 Alienação de Bens	XX
6.11 Das Custas na Execução	XX
6.12 Suspensão e Extinção da Execução	XX
7. EXECUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	XX
7.1 Execução das Contribuições Sociais na Justiça do Trabalho	XX
7.2 Lei nº 10.035/2000	XX
7.3 Prerrogativas do Fisco	XX
8. AÇÃO RESCISÓRIA NO PROCESSO DO TRABALHO	XX

1. DA APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO, DA INTERPRETAÇÃO DA LEI E DA ANALOGIA	XX
1.1 Características da Lei	XX
1.2 Classificações	XX
2. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PRIVADO	XX
2.1 Breves Noções Gerais de Princípios	XX
2.2 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	XX
2.3 Princípio da Autonomia	XX
2.4 Princípio da Boa-Fé	XX
2.5 Princípio da Solidariedade	XX
2.6 Princípio da Função Social	XX
2.7 Princípios Norteadores do Código Civil	XX
3. PESSOAS E DIREITOS DE PERSONALIDADE	XX
3.1 Premissas Básicas	XX
3.2 Personalidade e Capacidade	XX
3.3 Cessação da Incapacidade	XX
3.4 Começo da Personalidade Natural	XX
3.5 Extinção da Personalidade Natural	XX
3.6 Direitos da Personalidade	XX
3.7 Ausência	XX
3.8 Pessoa Jurídica	XX
4. DOS BENS JURÍDICOS	XX
4.1 Diferentes Classes de Bens	XX
4.2 Classificação	XX
5. DOS FATOS JURÍDICOS, DOS ATOS JURÍDICOS, DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E DOS ATOS ILÍCITOS	XX
5.1. Fato Jurídico	XX
5.2 Ato e Negócios Jurídicos	XX
5.3 Atos Ilícitos	XX
6. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	XX
7. DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	XX
7.1 Influência de um Princípio Geral no Direito das Obrigações	XX
7.2 Conceito	XX
7.3 Elementos	XX
7.4 Fontes das Obrigações	XX
7.5 Classificação das Obrigações	XX
7.6 Transmissão das Obrigações	XX

7.7 Cessão de Contrato (Negócio Jurídico Inominado, porque não há Regra no CC)	xx
7.8 Teoria do Pagamento	xx
7.9 Da Cláusula Penal	xx
7.10 Modos de Extinção das Obrigações	xx
7.11 Do Inadimplemento da Obrigação Contratual	xx
8. DA RESPONSABILIDADE CIVIL	XX
8.1 Introdução	xx
8.2 Responsabilidade Subjetiva e Responsabilidade Objetiva	xx
8.3 Pressupostos da Responsabilidade Civil	xx
8.4 Dolo e Culpa. Distinção	xx
8.5 Atividade de Risco	xx
8.6 Sistema de Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo	xx
9. DOS DIREITOS DOS CONTRATOS	XX
9.1 Noção de Contrato	xx
9.2 Elementos Característicos	xx
9.3 Princípios Norteadores dos Contratos	xx
9.4 Formação do Contrato	xx
9.5 Extinção dos Contratos	xx
9.6 Dos Vícios Redibitórios	xx
9.7 Evicção	xx
9.8 Contrato de Compra e Venda (Arts. 481 a 532)	xx
9.9 Contrato de Locação - Lei nº 8.245/91	xx
9.10 Da Fiança	xx
9.11 Contrato de Seguro	xx
9.12 Do Contrato de Mandato	xx
9.13 Troca	xx
9.14 Doação	xx
9.15 Prestação de Serviço	xx
9.16 Empreitada	xx
9.17 Depósito	xx
10. DOS DIREITOS REAIS	XX
10.1 Da Conceituação	xx
10.2 Dos Direitos Reais Versus os Direitos Obrigacionais (Direitos Pessoais)	xx
10.3 Figuras Intermediárias: Obrigações <i>Propter Rem</i>	xx
10.4 Dos Caracteres dos Direitos Reais e dos Direitos Reais em Espécie	xx
10.5 Da Classificação	xx
10.6 Da Posse	xx
10.7 Do Direito Real de Propriedade	xx
10.8 Do Direito Real de Superfície	xx
10.9 Direito Real das Servidões	xx
10.10 Direito Real de Usufruto	xx
10.11 Do Direito Real de Uso	xx
10.12 Do Direito Real de Habitação	xx
10.13 Do Direito Real do Promitente Comprador Do Imóvel	xx

10.14 Do Direito Real de Penhor	XX
10.15 Do Direito Real de Hipoteca.....	XX
10.16 Do Direito Real de Anticrese.....	XX
10.17 Da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e da Concessão de Direito Real de Uso	XX

11. DA PROVA.....	XX
11.1 Introdução	XX
11.2 Meios de Prova	XX
11.3 Testemunha	XX
11.4 Presunção	XX
11.5 Perícia	XX

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. TEORIA GERAL DO PROCESSO	XX
1.1 Princípios Informativos do Processo Civil	XX
2. JURISDIÇÃO E AÇÃO.....	XX
2.1 Jurisdição	XX
2.2 Ação	XX
2.3 Princípios Informativos do Processo Civil	XX
3. DA JUSTIÇA E DOS ÓRGÃOS DA JURISDIÇÃO	XX
3.1 O Juiz: Poderes, Deveres e Responsabilidades	XX
3.2 Os Auxiliares da Justiça	XX
3.3 Ministério Público	XX
4. PROCESSO E PROCEDIMENTO	XX
4.1 Pressupostos Processuais	XX
4.2 Procedimento Ordinário	XX
4.3 Procedimento Sumário	XX
5. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA	XX
5.1 Competência Internacional.....	XX
5.2 Competência Interna	XX
6. PARTES	XX
6.1 Capacidade das Partes e de seus Procuradores.....	XX
6.2 Substituição das Partes	XX
7. LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA	XX
7.1 Litisconsórcio	XX
7.2 Assistência.....	XX
7.3 Intervenção de Terceiros	XX

7.4 Oposição.....	XX
7.5 Nomeação à Autoria.....	XX
7.6 Denúnciação sa Lide.....	XX
7.7 Chamamento ao Processo.....	XX
8. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	XX
8.1. Formação do Processo	XX
8.2 Suspensão do Processo	XX
8.3 Extinção do Processo.....	XX
9. PETIÇÃO INICIAL E PEDIDO	XX
10. ATOS PROCESSUAIS	XX
10.1 Forma dos Atos Processuais.....	XX
10.2 Atos Processuais das Partes	XX
10.3 Atos Processuais do Juiz.....	XX
10.4 Atos Processuais dos Auxiliares da Justiça	XX
10.5 Tempo e Lugar dos Atos Processuais	XX
10.6 Prazos dos Atos Processuais.....	XX
10.7 Comunicação dos Atos Processuais	XX
10.8 Nulidades	XX
11. RESPOSTA DO RÉU.....	XX
11.1 Contestação	XX
11.2 A Exceção	XX
11.3 A Reconvenção.....	XX
11.4 As Outras Modalidades de Defesa do Réu São	XX
11.5 Revelia	XX
12. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	XX
12.1 Providências Preliminares	XX
12.2 Julgamento Conforme o Estado Do Processo	XX
13. DAS AUDIÊNCIAS E DAS PROVAS	XX
13.1 Das Audiências	XX
13.2 Das Provas	XX
14. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA.....	XX
14.1 Sentença.....	XX
14.2 Coisa Julgada	XX
15. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO: RECURSOS E INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.....	XX
15.1 Recurso.....	XX
15.2 Reexame Necessário	XX

16. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	XX
17. DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	XX
17.1 Execução de Título Extrajudicial	XX
17.2 Espécies de Execução.....	XX
17.3 Espécies de Obrigações.....	XX
17.4 Execução para Entrega de Coisa	XX
17.5 Execução das Obrigações de Fazer e de Não Fazer	XX
17.6 Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente	XX
17.7 Embargos de Devedor.....	XX
17.8 Embargos de Terceiro	XX
17.9 Embargos à Adjudicação.....	XX
18. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	XX
19. JUIZADOS ESPECIAIS	XX
20. EXECUÇÃO FISCAL.....	XX
21. TUTELA ANTECIPADA E TUTELA ESPECÍFICA	XX
22. AÇÃO RESCISÓRIA.....	XX
23. MEDIDAS CAUTELARES	XX
23.1 Conceito E Finalidade.....	XX
23.2 Distinção entre Processo Cautelar e Medidas Acautelatórias	XX
23.3 Características do Processo Cautelar	XX
23.4 Classificações	XX
23.5 Pressupostos.....	XX
23.6 Poder Geral de Cautela	XX
23.7 Competência	XX
23.8 Elementos do Processo Cautelar	XX
23.9 Responsabilidade Objetiva do Requerente.....	XX
23.10 Procedimentos Cautelares Típicos.....	XX
24. INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL.....	XX

DIREITO PENAL

1. TEORIA DA NORMA PENAL	XX
1.1 Fontes do Direito Penal	XX
1.2 Norma Penal e Lei Penal	XX
1.3 Analogia	XX
1.4 Princípio da Reserva Legal	XX
1.5 Eficácia da Lei Penal	XX
1.6 O Conflito Aparente de Normas.....	XX
1.7 Princípios Modernos Acolhidos pelo Direito Penal	XX

2. TEORIA GERAL DO CRIME	XX
2.1 Conceitos.....	XX
2.2 Infração Penal: Crime e Contravenção.....	XX
2.3 Sujeitos e Objeto do Crime	XX
2.4 Classificação dos Crimes.....	XX
2.5 Fato Típico.....	XX
3. ILICITUDE (ANTI JURICIDADE)	XX
3.1 Conceito	XX
3.2 Teoria Do Caráter Indiciário da Ilcitude. Injusto Penal.....	XX
3.3 Causas Excludentes da Ilcitude.....	XX
4. CULPABILIDADE	XX
4.1 Conceito	XX
4.2 Fundamentos	XX
4.3 Elementos Da Culpabilidade	XX
5. CONCURSO DE PESSOAS	XX
5.1 Teorias Sobre a Natureza Jurídica do Concurso de Pessoas	XX
5.2 Requisitos	XX
5.3 Autoria e Participação.....	XX
5.4 Concurso de Pessoas em Crimes Culposos	XX
5.5 Concurso de Pessoas em Crimes Omissivos	XX
5.6 Comunicabilidade das Circunstâncias	XX
6. PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA	XX
6.1 Teorias da Pena	XX
6.2 Pena Privativa de Liberdade	XX
6.3 Pena de Multa	XX
6.4 Penas Restritivas de Direitos.....	XX
6.5 Medidas de Segurança	XX
7. APLICAÇÃO DA PENA	XX
7.1 Elementares e Circunstâncias do Delito.....	XX
7.2 Aplicação da Pena Privativa de Liberdade	XX
7.3 Aplicação da Pena de Multa.....	XX
7.4 Regime Inicial de Cumprimento da Pena Privativa de Liberdade	XX
7.5 Substituição da Pena Privativa de Liberdade	XX
7.6 Suspensão Condicional da Pena Privativa de Liberdade (Sursis)	XX
8. CONCURSO DE CRIMES	XX
8.1 Sistemas de Aplicação da Pena	XX
8.2 Espécies de Concurso de Crimes	XX
9. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	XX
9.1 Efeitos Secundários Penais.....	XX
9.2 Efeitos Secundários Extrapenais	XX
9.3 Reabilitação.....	XX

10. PUNIBILIDADE E CAUSAS EXTINTIVAS	XX
10.1 Conceito	XX
10.2 Causas De Extinção da Punibilidade	XX
10.3 Comunicabilidade das Causas Extintivas da Punibilidade	XX
10.4 Escusas Absolutórias	XX
11. PRESCRIÇÃO	XX
11.1 Prescrição da Pretensão Punitiva Abstrata	XX
11.2 Prescrição da Pretensão Punitiva Retroativa	XX
11.3 Prescrição Penal Antecipada (Projetada, Virtual ou Antevista)	XX
11.4 Prescrição da Pretensão Punitiva Intercorrente (Superveniente ou Subsequente)	XX
11.5 Prescrição da Pretensão Executória	XX
11.6 Prescrição da Pena de Multa	XX
11.7 Prescrição das Penas Restritivas de Direitos	XX
11.8 Prescrição na Lei de Imprensa	XX
12. EXECUÇÃO PENAL	XX
12.1 Natureza Jurídica da Execução Penal	XX
12.2 Princípios da Execução Penal	XX
12.3 Institutos da Execução Penal	XX
12.4 Execução Provisória	XX
13. CRIMES EM ESPÉCIE	XX
13.1 Dos Crimes Contra a Pessoa Cometidos por Funcionário Público	XX
13.2 Dos Crimes Contra o Patrimônio	XX
13.3 Dos Crimes Contra a Propriedade Imaterial	XX
13.4 Dos Crimes Contra a Organização Do Trabalho	XX
13.5 Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública	XX
13.6 Dos Crimes Contra a Paz Pública	XX
13.7 Dos Crimes Contra a Fé Pública	XX
13.8 Dos Crimes Contra a Administração Pública	XX

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	XX
1.1 Lei Processual no Espaço – Princípio da Territorialidade	XX
1.2 Lei Processual no Tempo – <i>Tempus Regit Actum</i> Ou Princípio Do Efeito Imediato	XX
2. INQUÉRITO POLICIAL	XX
2.1 Conceito / Natureza Jurídica / Presidência / Finalidade	XX
2.2 Inquéritos Extrapoliciais	XX
2.3 Competência X Atribuição	XX
2.4 Características do Inquérito Policial	XX
2.5 <i>Notitia Criminis</i>	XX

2.6	Iniciativa E Instauração do I.P	XX
2.7	Peças Inaugurais do I.P.....	XX
2.8	Diligências do I.P	XX
2.9	Valor dos Elementos Colhidos no I.P.....	XX
2.10	Vícios do I.P.....	XX
2.11	Encerramento do I.P	XX
2.12	Arquivamento do I.P	XX
2.13	Investigação Posterior Ao Encerramento do I.P.....	XX
3.	AÇÃO PENAL.....	XX
3.1	Conceito	XX
3.2	Fundamento Constitucional	XX
3.3	Características	XX
3.4	Natureza Jurídica.....	XX
3.5	Espécies de Ação Penal	XX
3.6	Princípios Informadores da Ação Penal	XX
3.7	Titulares e Peças Iniciais.....	XX
3.8	Condições da Ação	XX
3.9	Pressupostos Processuais.....	XX
3.10	Ação Penal Pública	XX
3.11	Ação Penal Privada.....	XX
3.12	Denúncia e Queixa-Crime	XX
4.	COMPETÊNCIA.....	XX
4.1	Espécies de Competência.....	XX
4.2	Competência em Razão do Lugar da Infração.....	XX
4.3	Competência pelo Domicílio ou Residência do Réu	XX
4.4	Competência pela Natureza da Infração.....	XX
4.5	Competência por Distribuição e Prevenção	XX
4.6	Competência por Conexão ou Continência.....	XX
4.7	Competência pela Prerrogativa de Função.....	XX
4.8	Competência Absoluta e Relativa.....	XX
4.9	Deslocamento de Competência	XX
4.10	Competência da Justiça Militar	XX
5.	ATOS PROCESSUAIS E PRAZOS.....	XX
5.1	Citação	XX
5.2	Intimação e Notificação	XX
5.3	Prazos.....	XX
6.	VÍCIOS PROCESSUAIS.....	XX
6.1	Espécies de Atos Jurídicos Viciados (Classificação)	XX
6.2	Princípios Básicos das Nulidades.....	XX
6.3	Natureza Jurídica.....	XX
6.4	Sistemas de Verificação das Nulidades	XX
6.5	Nulidades em Espécie	XX

7. TEORIA GERAL DA PROVA.....	XX
7.1 Fatos que Independem de Prova	XX
7.2 Classificação da Prova	XX
7.3 Provas Ilícitas	XX
7.4. Outras Classificações	XX
7.5 Ônus da Prova.....	XX
7.6 Prova Emprestada.....	XX
7.7 Sistemas de Apreciação das Provas	XX
7.8. Provas em Espécie	XX
8. DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA	XX
8.1. Das Medidas Cautelares	XX
8.2 Da Prisão	XX
8.3. Da Prisão Preventiva	XX
8.4. Da Prisão Temporária – Lei n.º 7.960/89.....	XX
8.5 Da Prisão Domiciliar	XX
8.6 Da Liberdade Provisória	XX
9. PROCEDIMENTOS	XX
9.1 Procedimento Ordinário	XX
9.2 Rito Sumário.....	XX
9.3 Rito Sumaríssimo – Procedimento do Juizado Especial Criminal das Leis 9.099/95 E 10.259/01	XX
9.4 Procedimento do Júri.....	XX
10. SENTENÇA PENAL.....	XX
10.1 Requisitos da Sentença	XX
10.2 Efeitos da Sentença.....	XX
10.3 Princípio da Correlação	XX
10.4 <i>Emendatio Libelli</i>	XX
10.5 <i>Mutatio Libelli</i>	XX
11. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	XX
11.1 Conceito	XX
11.2 Pressupostos Recursais.....	XX
11.3 Classificação dos Recursos	XX
11.4 Juízo de Admissibilidade ou Prelibação	XX
11.5 Efeitos dos Recursos	XX
11.6 Princípios Recursais	XX
11.7 Proibição da <i>Reformatio In Pejus</i>	XX
11.8 Recursos Criminais em Espécie.....	XX
12. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	XX
12.1 <i>Habeas Corpus</i>	XX
12.2 Mandado de Segurança	XX
12.3 Revisão Criminal	XX

13. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	XX
13.1 Conceito	XX
13.2 Questões Prejudiciais	XX
13.3 Exceções	XX
13.4 Incompatibilidades e Impedimentos.....	XX

DIREITO ELEITORAL

1. CONCEITOS E FONTES DO DIREITO ELEITORAL	XX
1.1 Conceito	XX
1.2 Fontes Do Direito Eleitoral	XX
1.3 Princípios Constitucionais Relativos aos Direitos Políticos	XX
1.4 Organização Da Justiça Eleitoral	XX
1.5 Do Tribunal Superior Eleitoral – TSE	XX
2. DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE	XX
3. DOS JUÍZES ELEITORAIS	XX
4. DAS JUNTAS ELEITORAIS.....	XX
5. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....	XX
6. ALISTAMENTO ELEITORAL	XX
7. DOMICÍLIO ELEITORAL	XX
8. ELEGIBILIDADE.....	XX
8.1 Conceito	XX
8.2 Condições	XX
9. IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA	XX
10. PARTIDOS POLÍTICOS (LEI Nº 9.096/95)	XX
11. ELEIÇÕES.....	XX
12. CRIMES ELEITORAIS	XX
12.1 Introdução: Histórico e Conceitos Gerais	XX
12.2 Exame de Algumas Condutas Típicas	XX
12.3 Disposições de Fundo Penal Previstas Pela Lei nº 8.713/1993	XX

1. SEGURIDADE SOCIAL: NATUREZA, FONTES E PRINCÍPIOS.....	XX
1.1 Princípios da Seguridade Social	XX
1.2 Financiamento	XX
1.3 Fontes do Direito Previdenciário	XX
1.4 Hierarquia	XX
2. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	XX
2.1 Segurados	XX
2.2 Da Inscrição e Filiação	XX
2.3 CNIs (Cadastro Nacional de Informações Sociais).....	XX
3. SEGURADO	XX
3.1 Segurado Obrigatório	XX
3.2 Empregado (Art. 12, I Lei 8212/91).....	XX
3.3 Empregado Doméstico (Art. 12, II, Lei 8212/91)	XX
3.4 Contribuinte Individual (Art. 12, V, Lei 8212/91).....	XX
3.5 Segurado Especial	XX
3.6 Segurados Facultativos	XX
3.7 Trabalhadores Excluídos do Regime Geral.....	XX
3.8 Planos de Benefícios da Previdência Social: Espécies de Benefícios e Prestações, Disposições Gerais e Específicas, Períodos de Carência, Salário-de-Benefício, Renda Mensal do Benefício, Reajustamento do Valor do Benefício	XX
3.9 Espécies de Benefícios e Prestações	XX
4. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	XX
4.1 Parcelas Integrantes e Não Integrantes do Salário de Contribuição	XX
4.2 Proporcionalidade no Salário de Contribuição	XX
4.3 Renda Mensal	XX
4.4 Reajustamento do Valor dos Benefícios	XX
5. LEGISLAÇÃO ACIDENTÁRIA. REGULAMENTO DO SEGURO DE ACIDENTES DO TRABALHO (URBANO E RURAL). MOLÉSTIA PROFISSIONAL. LEI Nº8.212/91. LEI Nº 8.213/91. LEI Nº 8.742/93	XX
5.1 Legislação Acidentária. Regulamento do Seguro de Acidentes do Trabalho (Urbano e Rural)	XX
5.2 Moléstia Profissional.....	XX
5.3 Lei Nº 8.212/91	XX
5.4 Lei 8213/91	XX
5.5 Lei 8742/93	XX
6. ASSISTÊNCIA SOCIAL: OBJETIVOS; CUSTEIO; DIRETRIZES; VINCULAÇÃO DE RECEITA.....	XX
7. REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	XXD
8. SAÚDE: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SUAS ATRIBUIÇÕES	XX
8.1 Princípios Doutrinários	XX
8.2 Princípios Que Regem A Organização Do SUS	XX